

237

O ENSINO E A QUESTÃO NACIONAL NO IMPÉRIO BRASILEIRO. *Carlos Eduardo Dias Souza, Margareth de Almeida Gonçalves (orient.) (UFRRJ).*

Esta pesquisa pretende analisar o projeto de nacionalidade que foi sendo construído durante os anos posteriores à independência, principalmente durante o 2º Reinado: fez-se a independência, mas não o país. Como caracterizar o Brasil de então? Um apanhado de províncias que quase não tinham contato entre si, o que poderia pôr em risco a própria independência. Para contornar este problema, o governo imperial, sediado no Rio de Janeiro, procurou estabelecer um forte projeto de centralização para manter a unidade territorial do novo país, junto a um desejo muito maior de formar "cidadãos" brasileiros. Uma das formas encontradas para manter a unidade foi o uso do ensino como forma de difundir os conceitos de civilidade, nacionalidade e de "boa sociedade" ilustrada, ou seja, da elite da Corte Imperial fluminense. Assim, as escolas criadas pelo país procuraram não apenas ensinar a ler, escrever e contar, mas muito além: ensinar, através da língua comum, da gramática, da história e geografia, como aqueles alunos se tornariam "cidadãos" (no sentido de pertencimento) da nova nação. Os ensinos secundário e superior receberam especial atenção como espaços privilegiados para a realização deste projeto, através da vigilância constante do Governo Imperial nas estruturas administrativas e pedagógicas dos mesmos, principalmente após a criação da Inspeção Geral de Instrução Pública Primária e Secundária, que controlava de perto o dia-a-dia destas instituições. Enfocaremos aqui a contribuição do ensino secundário na formação da nova nação e de sua nova elite, levando em consideração a grande influência do Governo Imperial neste nível de ensino através da referida Inspeção, como garantia à realização do projeto centralizador e nacionalizador.